

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
EDITAL  
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR I - MS-3.1

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor I, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Teoria Antropológica, nas disciplinas HZ-263 Antropologia II: Cultura e Práticas Sociais, HZ-363 Antropologia III: Estrutura e Processos Sociais e HZ-468 Antropologia e Teoria Social Contemporânea, do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

### 1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. O perfil desejado pelo Departamento de Antropologia contempla:

- a) Experiência didática em curso superior em ciências sociais ou área afim;
- b) Inserção no meio acadêmico através de publicações especializadas e da participação em reuniões científicas;
- c) Pesquisa original em tema(s) conexo(s) a pelo menos uma das áreas ou disciplinas do concurso;
- d) Competência para orientar pós-graduandos com pesquisa em antropologia social.

1.2.2. A inscrição de candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

### 2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - CPDI - para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio [http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?consolidada=S&id\\_norma=2684](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684).

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP - R\$ 1.510,70
- b) RTC - R\$ 3.834,78
- c) RDIDP - R\$ 8.715,28

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado - DOE -, no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Secretaria do Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, situada(o) na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo.

Endereço: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Departamento de Antropologia  
Rua Cora Coralina, s/n. Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Distrito de Barão Geraldo. CEP: 13083-896  
- Campinas - SP

3.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, que a submeterá ao Departamento de Antropologia, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE.

3.3.2. O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

#### 4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

4.1.2. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

4.3. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

## 5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

- a) prova específica (peso 01);
- b) prova de títulos (peso 02);
- c) prova de arguição (peso 01);
- d) prova didática (peso 01).

5.2. A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), ou ponto(s), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.3. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

5.3.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.4. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.4.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.4.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.5. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.5.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.5.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.7. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

## 6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.

A prova específica também terá caráter eliminatório, caso tenham se inscrito mais de 08 (oito) candidatos.

6.1.1.2. Ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital.

6.1.1.3. Após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.1.1.4. Serão considerados aprovados na prova específica os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores.

6.1.1.5. Somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica.

6.1.1.6. As notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

## 7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

## 8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP ([www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br))

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela

Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Após este prazo, se não retirados, os memoriais poderão ser descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03 .

9.8.1. Cópia(s) da(s) Deliberação(ões) mencionada(s) poderá(ão) ser obtida(s) no sítio [www.sg.unicamp.br](http://www.sg.unicamp.br) ou junto a Secretaria da(o) Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

#### Anexo I - Programas das Disciplinas

##### Disciplina HZ263 Antropologia II - Cultura e Práticas Sociais

#### Ementa

A disciplina tratará da construção do conceito de cultura na Antropologia, seus debates e os horizontes teóricos, focalizando:

- (1) Cultura: embates clássicos e suas atualizações;
- (2) Natureza e cultura;
- (3) Cultura e Sociedade;
- (4) Cultura e indivíduo;
- (5) Cultura, simbolismo e a constituição simbólica do social;
- (6) As teorias sobre a relação entre cultura e ação social, práticas e processos
- (7) Fronteiras, fluxos e identidades

#### Bibliografia

- BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Oslo: Universitetsforlaget, 1969 [Los Grupos étnicos y sus fronteras, México, Fondo de Cultura Económica, 1976]
- BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- BENEDICT, R. *Padrões de Cultura*. Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d.
- BOAS, FRANZ. *Antropologia Cultural*. Franz Boas. Celso Castro (org.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com Aspas e Outros Ensaio*, São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- DESCOLA, Ph. "Societies of nature and nature of society", in: KUPER, A. *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- Durham, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da Cultura* (org. Omar. R. Thomaz e Peter Fry), São Paulo, Cosac Naify, 2004.
- DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. 1981. "Algumas formas primitivas de classificação", In Marcel Mauss, *Ensaio de sociologia*, São Paulo, Perspectiva, pp.399-455 [1903].
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- GEERTZ, Clifford. *Negara. O Estado Teatral no Século XIX*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.
- HANNERZ, Ulf. "Fluxos, Fronteiras e Híbridos. Palavras-chave da Antropologia Transnacional", *Mana* 3(1), 1997.
- INGOLD, Tim. (org.). *Key debates in anthropology*. Routledge, London/New York,

1996.

KUPER, Adam. *Cultura : a visão dos antropólogos*. Bauru, EDUSC, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "Raça e História". In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "A eficácia simbólica" e "O feiticeiro e sua magia", In: *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

MACORMACK, Carol e STRATHERN, Marilyn 1980. *Nature, Culture and Gender*. New York: Cambridge University Press.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, Brasília, Editora da UnB, 2003.

MAUSS, Marcel. 2003a. "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas" (1925). Tradução de Paulo Neves, *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, pp. 183-314.

MAUSS, Marcel. "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa. a de 'eu' "; "As técnicas do corpo" In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003 [1950].

MEAD, Margareth. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAHLINS, Marshall. "O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica: por que a Cultura não é um 'Objeto' em Via de Extinção". *Mana*, 3 (1 e 2).

Disciplina HZ 363 - Antropologia III: Estrutura e Processos Sociais

#### Ementa

A disciplina propõe tratar da tensão entre estrutura e processo, por meio da análise da construção teórica e etnográfica destes conceitos, assim como dos debates a que foram submetidos, em especial nos contextos colonial e pós-colonial. Os tópicos a serem abordados são os seguintes:

- (1) Embates sobre o conceito de estrutura na teoria antropológica
- (2) Redes sociais;
- (3) Estrutura e processo;
- (4) Práticas, Eventos e Estrutura
- (5) Ação social e agência;

#### Bibliografia

BOOT, E. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. "Esboço de uma teoria da prática", In: Pierre Bourdieu (org. Renato Ortiz), *São Paulo, Ática*, 1983.

BOURDIEU, Pierre. "A gênese dos conceitos de habitus e de campo" In: *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 7a. ed., 2004.

BOURDIEU, Pierre. "Das Regras às Estratégias" e "A Codificação", *Coisas ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 77-107.

CARSTEN, Janet. *After Kinship*. New York: Cambridge Univ. Press, 2000.

DESCOLA, Ph. "Societies of nature and nature of society", in: KUPER, A. *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Anthropology and History*, Manchester, Manchester University Press, 1961.

GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna" (Partes I e II, p. 227-305) In: Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos (org. Bela Feldman-Bianco), São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.
- LEACH, Edmund. Sistemas Políticos na Alta Birmânia, São Paulo, Edusp, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, C. "Introdução: A obra de Marcel Mauss" In: Sociologia e Antropologia, São Paulo, EPU/EDUSP, vol. I, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, C. "A ciência do concreto" In: O Pensamento selvagem, São Paulo, ed. Nacional/ Edusp, 1970.
- ORTNER, Sherry. "Uma atualização da teoria da Prática" In M. P. Grossi, C. Eckert e P. H. Fry (orgs) Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas, Blumenau, Nova Letra, 2007.
- ORTNER, Sherry. "Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência" In M. P. Grossi, C. Eckert e P. H. Fry (orgs) Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas, Blumenau, Nova Letra, 2007.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. "O método comparativo em Antropologia Social" In: Radcliffe-Brown: Antropologia. São Paulo, Ática, 1978 (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis, Vozes, 1973.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio, Jorge Zahar, 1990.
- SAHLINS, Marshall Metáforas históricas e realidades míticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- SCHNEIDER, D. M. American Kinship: A Cultural Account. New Jersey: Prentice Hall, 1968.
- STRATHERN, M. "Cutting the Network". The Journal of the Royal Anthropological Institute, Vol. 2, No. 3. 1996
- TURNER, Victor. O processo social - estrutura e antiestrutura, Petrópolis, Vozes, 1974.
- TURNER, Victor. Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica na sociedade humana, Niterói, EdUFF, 2008.

Disciplina HZ 468 - Antropologia e Teoria Social Contemporânea

#### Ementa

A disciplina abordará as principais tendências contemporâneas da antropologia:

- (1) Escrita e experimentos etnográficos;
- (2) Redefinições conceituais dos limites entre natureza e cultura, e dos limites do social;
- (3) Antropologia e atuais embates sobre política e diferença;
- (4) Antropologia simétrica e antropologia reversa;

#### Bibliografia

- APPADURAI (ed). The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective, New York:Cambridge University Press, 1986.
- BHABHA, HOMI k. O local da Cultura, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com Aspas e Outros Ensaio, São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". In: GONÇALVES, José Reginaldo (org.). A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2002.
- CLIFFORD, James & MARCUS, George E. (org.). Writing culture: the poetics and politics of ethnography. University of California Press.
- GEERTZ, C. Obras e Vidas. Antropólogo como autor, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009.
- GELL, Alfred. Art and agency: an anthropological theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

- HANDLER, Richard. "On having a culture: nationalism and the preservation of the Quebec's patrimoine" em STOCKING, George. *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1985.
- HANDLER, Richard. *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. The University of Wisconsin Press, 1987.
- Haraway, Donna. Um manifesto para os cyborgues. *Ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80* In Hollanda, Heloisa Buarque de. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- INGOLD, Tim. (org.). *Key debates in anthropology*. Routledge, London/New York, 1996.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*, London: Routledge, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.
- RABINOW, Paul. *French DNA: trouble in purgatory*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1999.
- SAHLIN, Marshall. "Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do Sistema Mundial". In: *Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Campinas, SP, 1988.
- SAHLINS, Marshall. "O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica". *Mana*, 3(1):41-73 e *Mana*, 3(2), pp. 103-150, 1997.
- STRATHERN, Marilyn. "Cutting the Network". *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 2, No. 3. 1996
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*, Campinas: Unicamp, 2007
- STRATHERN, Marilyn. "Parts and Wholes: Refiguring Relationships in a Postplural World". In Adam Kuper (ed). *Conceptualising Society*. London: Routledge, 1992.
- STRATHERN, Marilyn. "Necessidade de pais, necessidade de mães". *Estudos feministas*. vol.3, nº2, 1995, pp. 303-329.
- STOLCKE, V. "Is Sex to Gender as Race is to Ethnicity?" Teresa del Valle (ed.). *Gendered Anthropology*. London: Routledge, 1993.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana* 8 (1), 2002, pp. 113-148.
- WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo, Cosac&Naify, 2010.

